


Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)




O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 2 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-901-1

DOI 10.22533/at.ed.011211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

No ano de 2011 o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS lançou o documento *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*, em 2021 uma década depois, reunimos nessa coletânea a complexidade de experiências profissionais permeadas do caráter sociopolítico e interventivo do Serviço Social que refletem concepções e escolhas do cotidiano profissional.

O segundo volume apresenta 24 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Políticas Sociais no Brasil no contexto do Capital que apresenta dois artigos que tratam do aprofundamento do projeto ultraliberal e a exploração na relação capital e trabalho.

O segundo eixo temático coloca em evidência, através de quinze artigos, a temática do Serviço Social na Política de Assistência Social com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de controle democrático, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Centro de Referência de Assistência Social, Medida Sócio Educativa, Proteção Social Básica, População em Situação de Rua, e interlocuções com outras políticas setoriais a exemplo SUS e SUAS, atuação frente à Pandemia de Covid-19, dentre outras.

O terceiro eixo temático traz a discussão do Políticas Sociais e Enfrentamento da violência através dos cinco artigos, que tratam da Lei Maria da Penha, Feminicídio, Racismo, Rede de Proteção e Trabalho Intersetorial.

O quarto eixo temático: Serviço Social e Preparação para a Aposentadoria apresenta duas experiências de trabalho com esse público.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL NO CONTEXTO DO CAPITAL

CAPÍTULO 1..... 1

O APROFUNDAMENTO DO PROJETO ULTRALIBERAL E O SOFRIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Odair Dias Filho

Edvânia Ângela de Souza

DOI 10.22533/at.ed.0112115031

CAPÍTULO 2..... 16

A VIOLÊNCIA NA RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO NAS CENTRAIS DE TELEMARKETING

Maricelly Costa Santos

DOI 10.22533/at.ed.0112115032

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO 3..... 27

UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DAS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS NA ATUAÇÃO DAS/OS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Edístia Maria Abath Pereira de Oliveira

Catharina Cavalcanti de Melo

DOI 10.22533/at.ed.0112115033

CAPÍTULO 4..... 38

CONTROLE DEMOCRÁTICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO CONTEXTO ATUAL

Jucileide Ferreira do Nascimento

Heleni Duarte Dantas de Avila

Clícia Carolaine de Jesus Alves

Celina dos Santos Almeida

Cleiton Lima de Oliveira Barbosa

Juliana dos Santos Carmo

Rodrigo Sales Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.0112115034

CAPÍTULO 5..... 48

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS

Haidée de Caez Pedroso Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.0112115035

CAPÍTULO 6..... 60

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE COARI, NO INTERIOR DO

AMAZONAS

Cristiane Andrade da Costa
Raimunda Nildes Pinheiro Moreira

DOI 10.22533/at.ed.0112115036

CAPÍTULO 7..... 70

A JUDICIALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Edinilza de Oliveira Toledo
Liliane Capilé Charbel Novais

DOI 10.22533/at.ed.0112115037

CAPÍTULO 8..... 79

OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA – CEARÁ

Leiliane Martinz de Oliveira
Márcia Cristina Barros de Oliveira
Luiza de Marillac Bernardo da Rocha Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.0112115038

CAPÍTULO 9..... 90

O SUAS E SUS NA REGIÃO DA AMEPAR E AS DEMANDAS GERENCIAIS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Eliane Christine Santos de Campos
Ana Cláudia Vieira Martins
Silvio Redon
Tihara Keli Maciel Siqueira Mantovani

DOI 10.22533/at.ed.0112115039

CAPÍTULO 10..... 107

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Karen Coutinho da Silva
Luciana Macedo Duarte
Tháís da Silva Zeca Bastos

DOI 10.22533/at.ed.01121150310

CAPÍTULO 11..... 122

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AOS IDOSOS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19: EXPERIÊNCIA DE UM CRAS

Marcia Liliane Barboza Kurz
Marisa Ighes Orsolin Morgan

DOI 10.22533/at.ed.01121150311

CAPÍTULO 12..... 133

A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA DO COVID-19: OS DESAFIOS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA

Karen Coutinho Pereira

Thaís da Silva Zeca Bastos

DOI 10.22533/at.ed.01121150312

CAPÍTULO 13..... 145

A DESPROTEÇÃO SOCIAL EM MOMENTOS DE CRISE E OS NOVOS DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PANDEMIA DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC

Fabiane Ribeiro

Hilton de Souza Zeferino

DOI 10.22533/at.ed.01121150313

CAPÍTULO 14..... 156

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CIDADÃOS AINDA INVISÍVEIS E OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA GARANTIA DE DIREITOS

Gisele de Freitas Carvalho

Marcelo Ricardo Prata

DOI 10.22533/at.ed.01121150314

CAPÍTULO 15..... 166

SAÚDE MENTAL, VULNERABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA NO BRASIL: DO DIREITO À VIDA À MISTANÁSIA

Bárbara Monique Pereira da Silva Leal

Renata Fernandes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.01121150315

CAPÍTULO 16..... 176

O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS (GAP) DO CENTRO SUVAG DO RIO GRANDE DO NORTE

Gisleane Silva de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.01121150316

CAPÍTULO 17..... 188

O CENTRO INTEGRADO DE JUSTIÇA JUVENIL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO ECA

Ana Margarida Barbosa Santos

Maria Betânia Silva Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.01121150317

POLÍTICAS SOCIAIS E ENFRETEAMENTO DA VIOLÊNCIA

CAPÍTULO 18..... 192

VIOLÊNCIA E LEI MARIA DA PENHA: A PERMANÊNCIA DA DOR

Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti

Carina Felix Bezerra

Kíssia Wendy Silva de Sousa

Maria Gabrielle Chaves Silva

Maria Gabriella Florencio Ferreira

Maria de Medeiros Martins
Marcelle Queiroz de Almeida
Ingrid Raissa Guerra Lins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Paloma Lima dos Santos
Rafaela Leandro Pereira

DOI 10.22533/at.ed.01121150318

CAPÍTULO 19.....203

FEMINICÍDIO NO ESTADO DO PARÁ E SERVIÇO SOCIAL

Edilcinha de Sousa Cavalcante Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.01121150319

CAPÍTULO 20.....215

CULTURA, RELIGIÃO E RACISMO: RETRATOS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Laryssa Sayury Garcia
Michelle Christina de Souza Matos
Brenda Luana Ribeiro Souza
Lilian Mendes Pereira Barros
Iris Tarcila da Conceição Baia
Solange Silva Souza

DOI 10.22533/at.ed.01121150320

CAPÍTULO 21.....222

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS DO TRABALHO INTERSETORIAL NA PERSPECTIVA DE GARANTIA DE DIREITOS

Ana Joice da Silva Peraro
Marusa Fernandes da Silva
Richardson Cramolichi

DOI 10.22533/at.ed.01121150321

CAPÍTULO 22.....233

REDE DE PROTEÇÃO À MULHER: ROMPENDO COM A VIOLÊNCIA, O SILÊNCIO E A INVISIBILIDADE

Josélia Barroso Queiroz Lima
Kíria Silva Orlandi
Aline Faé Stocco

DOI 10.22533/at.ed.01121150322

SERVIÇO SOCIAL E PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA

CAPÍTULO 23.....245

TRILHANDO NOVOS CAMINHOS: REFLEXÃO EM MOMENTOS DE CRISE

Carla Cristina Coelho Augusto Pepe
Thaysa Maria Ribeiro Garcia
Nelson Felix Lima Neto

Joyce Domingues da Silva Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.01121150323

CAPÍTULO 24.....	252
PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E APOSENTADORIA: PERSPECTIVAS DOS TRABALHADORES DO DEINFRA PARA ESSA NOVA FASE DA VIDA	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.01121150324	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	277
ÍNDICE REMISSIVO.....	278

CAPÍTULO 3

UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DAS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS NA ATUAÇÃO DAS/OS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data de aceite: 01/03/2021

Edistia Maria Abath Pereira de Oliveira

<http://lattes.cnpq.br/0063169959100038>

Catharina Cavalcanti de Melo

<http://lattes.cnpq.br/0497787875687704>

RESUMO: Neste artigo promove-se uma reflexão sobre as concepções e matrizes metodológicas utilizadas na Política de Assistência Social. As análises desenvolvidas basearam-se numa pesquisa qualitativa com assistentes sociais atuantes na Política de Assistência Social. Buscou-se levantar elementos dos valores que norteiam a profissão e elucidar itens relevantes em relação ao exercício profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Conservadorismo; Política de Assistência Social; Exercício profissional.

ABSTRACT: In this article we promote a reflection on the conceptions and methodological matrices used in the Social Assistance Policy. The analyzes developed were based on a qualitative research with social workers working in the Social Assistance Policy. It was sought to raise elements of the values that guide the profession and to elucidate relevant items in relation to the professional exercise.

KEYWORDS: Social Service; Conservatism; Social Assistance Policy; Professional exercise.

INTRODUÇÃO

Para apreender as concepções e as matrizes metodológicas que norteiam a atuação das/os assistentes sociais trabalhadoras/es do espaço socio-ocupacional da Política de Assistência Social consideramos importante, inicialmente, refletir acerca da trajetória socio-histórica da profissão e de como se processaram as modificações no âmbito profissional, sobretudo em suas dimensões teórica, ideopolítica e organizativa.

O Serviço Social no Brasil tem sua gênese na década de 30, num período de crescente industrialização, envolvido com os interesses da burguesia e possuindo grande interferência católica e de cunho conservador, atuando como mediador de classes e visando uma harmonia social através da execução de políticas sociais como estratégia de contenção da classe trabalhadora mais reivindicatória. Esse processo não ocorreu de forma linear nem natural, pelo contrário, para compreender o surgimento e a trajetória socio-histórica do Serviço Social no Brasil é necessário considerar alguns processos históricos complexos que contribuíram para impulsionar a profissão no país e que possuem compreensões divergentes até mesmo dentro da categoria profissional.

Primeiramente observou-se a necessidade de uma mudança estrutural na forma de intervenção do Estado perante os

processos econômicos por consequência da ascensão do capitalismo monopolista:

Nisso temos a evidência da(s) política(s) como elemento funcional, estratégico da ordem monopolista, por constituir (em) a resposta necessária aos interesses da burguesia e à consequente necessidade de legitimação do Estado burguês face as “novas” configurações dos conflitos de classe, suscitados por essa ordem do capital e pela consequente conformação política dos movimentos operários – mecanismo tomado como eficiente para aplacar os conflitos que ameaçam pôr em xeque a ordem societária estabelecida, ou seja, os antagonismos da relação capital/trabalho, objetivados nas múltiplas e tipificadas expressões da “questão social” (FORTI, 2013, p. 51)

Outro elemento relevante foi a busca pela restauração da hegemonia ideológica da igreja católica, que procurava se reaproximar do Estado e da sociedade a fim de manter sua soberania, em declínio, fomentando uma maior adesão à Ação Social Católica, por meio do fortalecimento da Ação Católica Brasileira (ACB), que tinha como intuito disseminar a doutrinação da igreja, visando uma reforma social e moral, através das encíclicas papais “Rerum Novarum” do Papa Leão XIII de 1891 e “Quadragesimo Anno” de Pio XI de 1931. Tais estratégias tratavam da questão social atrelada à ideologia moral do catolicismo. Para Iamamoto:

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa (IAMAMOTO, 1992, p.18).

Nesse sentido, a caridade tradicional passa a se desenvolver de forma mais sistematizada ganhando uma nova roupagem que, alinhada aos interesses do Estado e da Igreja, começa a oferecer cursos intensivos de formação social baseados na filantropia, porém, restrito apenas às mulheres de famílias tradicionais mais abastadas.

Diante desse panorama, o Serviço Social tradicional possuía uma perspectiva de caráter doutrinário mais do que científico, a prioridade era a adaptação do homem ao meio social, porém sob o viés individualista com a ausência de crítica e consciência de classe. Iamamoto ressalta que, “o Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador” (IAMAMOTO, 1992, p. 21). Nesse período, a profissão caracterizava-se, mais do que nunca, por um caráter moralizador, conservador e assistencialista.

Durante as décadas de 40 e 50, além do desenvolvimento e ampliação de instituições assistenciais, houve também a legitimação e institucionalização do Serviço Social, enquanto categoria profissional assalariada. Contudo, a profissão não possuía uma identidade própria que respondesse às crescentes demandas sociais do país, sobretudo num contexto de

desenvolvimento industrial e econômico que conseqüentemente culminava no crescimento do proletariado urbano, acarretando também o aumento e complexificação das expressões da questão social, cabendo ao poder público a responsabilidade de promover soluções para essa problemática.

Posteriormente, a profissão absorve influências europeias e norte-americanas ao longo da sua evolução, desde a influência da doutrina de Thomás de Aquino – neotomismo - à influência psicológica e o tecnicismo da cultura do Serviço Social americano, que introduziu o Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade. O comum dessas influências é que se constituíram, dialeticamente, subsídios para o desenvolvimento da profissão, contribuindo para seu avanço, mas, por outro lado, continuaram a impregnar a profissão do cariz conservador e positivista, tendo em vista que culpabilizavam o sujeito por sua condição, sem possuir uma visão macrossocial.

Nesse contexto, o fazer profissional baseado no tradicionalismo/conservadorismo começa a ser questionado, devido às suas incongruências e alcance de suas ações face às demandas sociais. Os estudos, aprofundamento e conhecimentos por meio da realização de cursos de pós-graduação e, sobretudo, a subversão advinda do aprimoramento intelectual impunha mudar os padrões teórico-metodológicos e técnico-operativos como estratégia de sobrevivência da própria profissão e das exigências sociais.

Ainda na década de 60, surge nos países da América Latina o Movimento de Reconceituação, que buscava reestruturar o Serviço Social sob um viés mais crítico, abandonando as influências europeias e norte-americanas e rompendo com o conservadorismo do Serviço Social tradicional. Havia também uma urgência em fazer com que a prática profissional das/os assistentes sociais fosse mais condizente com as demandas e a realidade social de cada país, através de métodos e técnicas mais próprios e específicos. Segundo Netto, esse movimento foi decisivo para a revisão crítica do Serviço Social no continente, “(...) é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social “tradicional” (1991, p. 146).

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social configura-se como um marco na trajetória da categoria profissional pois possibilitou uma crítica à organização da produção capitalista, às ideias conservadoras, tendo como base o arcabouço teórico baseado na teoria marxista, passando a se reconhecer enquanto classe trabalhadora e atuar na defesa de seus direitos e reivindicações.

Em paralelo às mudanças que marcam a trajetória do Serviço Social, as ações da Assistência Social foram concebidas conforme às transformações da profissão, de acordo com o contexto histórico da década de 30 até 80, ou seja, de forma filantrópica e fragmentada, sem ainda uma compreensão de totalidade social, mas sob a ótica do assistencialismo e caridade.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Política de Assistência Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social, passaram a ser reconhecidas

como direito, inseridas no sistema de Seguridade Social do Brasil, definidas como dever do Estado e direito dos cidadãos, como postula Souza (2009):

A ultrapassagem da assistência pensada sobre a lógica da caridade para a lógica do direito tem como marco legal a Constituição Federal de 1988. A carta constitucional, no título VIII, que trata da ordem social, ao estabelecer, pela primeira vez no Brasil, o modelo de seguridade social ancorado no tripé saúde, assistência social e previdência social, dá um importante passo na construção da cidadania, visto que concebe a assistência social, assim como a saúde, como política não-contributiva universal. (SOUZA, 2009, p. 29).

No entanto, mesmo com os avanços em relação aos direitos sociais, houve também grandes limites para efetivação de um sistema de proteção de caráter universal. Particularmente, nos últimos anos, a garantia desses direitos vem sendo marcada por modificações de caráter neoliberal, com ações restritivas que resultam na focalização, privatização e descentralização, provocando um retrocesso no que tange os direitos sociais e a implementação das políticas públicas.

Essas diretrizes governamentais resgataram práticas profissionais que não condizem com os avanços obtidos pela profissão, consistindo em ações imediatistas, sem relacionar necessariamente as diversas expressões da questão social, como o fenômeno da pobreza, com o processo de acumulação do modo de produção capitalista. Juntamente a isso, as diversas concepções de caráter conservador retomam práticas assistencialistas e clientelistas que, atualmente, precarizam a profissão, determinando seu retorno às práticas tradicionais.

A partir desse elementos, a pesquisa visa contribuir para a reflexão acerca das implicações do avanço do conservadorismo na profissão de Serviço Social, em específico, na Política de Assistência e, conseqüentemente, contribuir para um melhor fazer profissional das/os assistentes sociais, sobretudo considerando a atual conjuntura política que está atrelada a concepções divergentes das que pautam o exercício profissional do Serviço Social baseado em seu Projeto Ético-Político.

Nesse sentido, acerca do contexto político, econômico e social contemporâneo, compreende-se que, com a ascensão do espectro político conservador, no âmbito nacional e global, o Brasil encontra-se submerso em uma crise política e econômica, de acirramento da luta de classes, numa conjuntura desfavorável à classe trabalhadora e que resulta no desmonte das políticas sociais. Sendo assim, faz-se necessário uma análise crítica a respeito dos desafios que essas problemáticas acarretam à realidade social do país, da mesma maneira que é significativo averiguar o posicionamento dos/as assistentes sociais em relação a essas questões.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conservadorismo possui diversas perspectivas conceituais, contudo, é necessário

elucidar termos gerais do significado do termo. Koselleck (2012) afirma que, sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade. Tampouco não pode haver um espaço de unidade de ação política. Sendo assim, de forma geral, o conservadorismo é uma corrente de pensamento político e filosófico que visa a promoção e manutenção da estrutura social tradicional dos valores, práticas e instituições – família nuclear, dogmas religiosos cristãos, entre outros, que são antagônicos aos movimentos revolucionários e progressistas. Esse debate ganhou centralidade na contemporaneidade no Brasil, sobretudo no âmbito político, estreitamente ligado aos segmentos mais conservadores

No contexto brasileiro, a origem do conservadorismo na esfera política remete ao processo de independência do país, com a agenda liberal e conservadora adotada pelos “Luzias” e “Saquaremas” respectivamente, no cenário imperial. As duas vertentes partidárias, apesar de contrárias, possuíam alguns pontos em comum, especialmente voltados à manutenção da monarquia e da escravidão no país, influenciadas pela herança portuguesa e pelo catolicismo. É importante ressaltar que o Partido Conservador dos “Saquaremas”, que governou em contrapeso ao Partido Liberal dos “Luzias”, possuía uma perspectiva política alinhada às conceituações de Edmund Burke, filósofo irlandês considerado o pai do conservadorismo clássico.

Considerando que o influxo de tendências conservadoras e do conservadorismo adentra nos mais diversos setores sociais, econômicos e culturais é notória essa influência também no âmbito profissional. Sendo o Serviço Social uma profissão atrelada às instituições sociais, essas tendências repercutem consideravelmente durante toda trajetória histórica da profissão.

Mesmo que hoje a profissão busque desenvolver um caráter crítico, sociopolítico e interventivo, vinculado teórica e metodologicamente ao marxismo, o reacionarismo presente no país em confronto aos avanços progressistas impõe a agenda do capital e o modelo neoliberal, violando direitos sociais. Tal panorama de retrocessos torna-se terreno para uma mudança de perfil, ou por assim dizer, uma linhagem de profissionais que se assemelham ao Serviço Social da década de 30, de caráter disciplinador com práticas conservadoras, estritamente ligadas à igreja Católica e tendo como perspectiva a ótica da burguesia juntamente com o Estado, com influências higienistas e neotomistas.

Tendo em vista que o tradicionalismo se adapta às mudanças de acordo com os processos históricos, o conservadorismo não possui características universais fixas. Por exemplo, no período da Revolução Francesa, Edmund Burke (1982), considerado o pai do conservadorismo moderno, possuía ideais políticos calcados na tradição cristã, que estavam associados à manutenção dos princípios tradicionais e morais, em oposição à ideia de progresso guiado pela razão dos outros filósofos nesse período. Sua contrariedade diante das mudanças progressistas e radicais relacionava-se ao que considerava enormes perdas dos antigos costumes e regras de vida, nessas circunstâncias não iria existir algo que guiasse os indivíduos. O autor cita a Europa como exemplo de prosperidade antes da

Revolução Francesa e afirma que tal progresso seria decorrente dos costumes e opiniões tradicionais que tiveram uma ação benéfica naquela sociedade:

É impossível estimar a perda que resulta da supressão dos antigos costumes e regras de vida. A partir desse momento não há bússola que nos guie, nem temos meios de saber a qual porto nos dirigiu. A Europa, considerada em seu conjunto, estava sem dúvida em uma situação florescente quando a Revolução Francesa foi consumada. Quanto daquela prosperidade não se deveu ao espírito de nossos costumes e opiniões antigas não é fácil dizer; mas, como tais causas não podem ter sido indiferentes os seus efeitos, deve se presumir que, no todo, tiveram uma ação benfazeja (BURKE, 1982, p.102).

Fazendo um breve esboço do que seria o conservadorismo clássico surgido no período moderno, este se caracteriza como uma reação política e ideológica que vai contra os progressos oriundos do desenvolvimento e transformações provocadas pela modernidade. Tendo como ponto de partida que fundamenta historicamente esse cenário, a complexificação das contradições do sistema capitalista e o desenvolvimento das relações de produção acarretaram mudanças significativas nos diversos setores sociais, institucionais e culturais. Segundo Netto (2011), esse processo ocorreu através de transformações substantivas no percurso histórico, algumas de suas características iniciais permaneceram, outras foram impulsionadas e algumas revertidas, bem com surgiram características novas após sua gênese. No conservadorismo clássico, as reformas são tidas como modificações que estão estritas aos limites do tradicionalismo e funcionam como estratégias de precaução para evitar situações revolucionárias. Essas mudanças devem ser localizadas, específicas, transitórias e pontuais, ideia antagônica a tradição marxista.

Sob um ponto de vista mais amplo, a ação política dos conservadores tinha como princípio a defesa de determinadas características institucionais do Antigo Regime (NISBET, 1987), especialmente as que possuíam relação com o princípio de autoridade. É nesse contexto que estão situadas as postulações de Edmund Burke e outros pensadores do conservadorismo clássico. Nesse período histórico existia uma unidade do pensamento filosófico, político e econômico, pois a fragmentação dos saberes proveniente da academia ainda não tinha se completado. O Positivismo também contribuiu para impulsionar e modificar os ideais conservadores, pois os alinhou com a sociedade capitalista consolidada, no foco das disputas políticas dos conservadores, passando de antiburguesas para antiproletárias, no âmbito da Sociologia Clássica.

Fazendo uma breve análise histórica do Brasil é possível constatar que o conservadorismo está estritamente associado às bases históricas da construção de nossa sociedade pois sempre houve uma linha conservadora nos aspectos sociais, econômicos e políticos, pautada na doutrinação cristã, no favorecimento da burguesia, incorporando uma visão que favorece a hierarquia no âmbito social e de apoio a uma agenda liberal na economia.

A desigualdade é expressão de um conservadorismo desde o período escravocrata,

sendo o Brasil o último país do mundo a abolir a escravidão, em 1888. A desigualdade é um fator que ajuda a explicar o conservadorismo atual, o Brasil possui uma complexidade de interesses que se evidenciam na insatisfação das classes sociais mais altas que se sentem ameaçadas pela ascensão da classe trabalhadora e dos movimentos sociais populares. Isso cria uma exacerbação dos ideais conservadores, com o endosso da burguesia a favor de lideranças autoritárias e conservadoras.

O avanço da política promovida pela extrema direita determina o distanciamento da classe trabalhadora de uma consciência política e dificulta a luta de classe. Além disso, a apropriação dos meios de comunicação em massa por parte da burguesia, que dissemina informações parciais e remodeladas aos seus interesses, contribui para construção de discursos adotados pela classe trabalhadora, mas que não a contemplam. Outro fator acentuado é o crescimento das igrejas pentecostais e neopentecostais no Brasil que enfatizam ideias extremamente conservadoras, e estão estritamente ligadas à política no Brasil. Tendo em vista que grande parcela dos frequentadores dessas igrejas é da classe trabalhadora, torna-se o momento propício para a ascendência do conservadorismo no país.

Essas tendências se fortaleceram no Palácio do Planalto e no Congresso Nacional em meados de 2014. A crise política, econômica e social criou um cenário perfeito para que a extrema direita conseguisse implementar cada vez mais sua agenda conservadora, junto a isso o impeachment da presidenta Dilma Rousseff foi o evento que impulsionou ainda mais esse giro político rumo à direita. Contudo, ao analisarmos com cautela o panorama político internacional, podemos observar que a crise no contexto brasileiro é parte de uma engrenagem global atrelada ao avanço do capitalismo maduro e de um reordenamento da direita. A extrema direita se organiza contra o Estado Democrático de Direito, renovando rapidamente seus quadros públicos que atuarão de acordo com a agenda conservadora. É possível observar que esse cenário repercute também dentro das categorias profissionais, através de privatizações, terceirizações, cortes de direitos sociais, reformas e muitas vezes a influência de rearranjos ideológicos, especialmente em categorias de caráter sociopolítico, como o Serviço Social. Sendo assim, se faz necessário problematizar como isso se expressa no trabalho das/os assistentes sociais, especialmente dentro da Política de Assistência Social.

A profissão de Serviço Social possui hoje um amplo acúmulo de estudos e conhecimentos sobre as determinações políticas, econômicas e culturais que lhe conferem substância, bem como a crítica ao conservadorismo, estabelecida desde seu processo de renovação. Todo esse arcabouço teórico contribui para uma demanda objetiva que é em defesa e consolidação da direção social do Projeto Ético-Político da profissão. Outro pressuposto importante é o patamar de problematização já acumulado pelo Serviço Social no Brasil acerca do conservadorismo. Essa defesa antagônica ao movimento histórico da burguesia demanda a explicitação e a crítica, teórica e política do conservadorismo, tanto

em suas expressões socio-históricas, quanto em suas características inseridas dentro do âmbito profissional.

METODOLOGIA

A pesquisa adota como método de conhecimento o materialismo histórico-dialético concebido por Marx (NETTO, 2011), que tem como objetivo compreender a realidade a partir da visão de totalidade, como também suas implicações históricas. Em consonância com o método escolhido, a Política de Assistência Social será analisada visando compreender as contradições existentes, entendendo-a como resposta à luta da classe trabalhadora pela efetivação e garantia de direitos e como tem sido contraposta pela ofensiva neoliberal, que responsabiliza o indivíduo pela sua reprodução e prioriza o crescimento econômico em detrimento do social.

A metodologia pensada parte de uma pesquisa de natureza qualitativa, de modo exploratório, bibliográfico e documental. A pesquisa exploratória objetiva maior familiaridade com o problema ao torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses (GIL, 2008). A partir disso, para a construção teórico-metodológica, serão realizadas leituras bibliográficas (livros, artigos e sites) e análise de documentos referentes ao tema proposto.

No sentido de gerar elementos para reflexão e proporcionar subsídios que constituem objetivos e análise desse estudo, vem sendo realizadas entrevistas estruturadas com as/os profissionais do espaço socio-ocupacional da profissão (15 assistentes sociais atuantes na Política de Assistência Social). Para a análise da informação coletada, selecionamos os seguintes eixos, a partir de sua correlação com a dinâmica do cotidiano profissional da/o assistente social: Eixo 1: Assistência Social como direito; Eixo 2: Normatização da Política (aparatos legais); Eixo 3: Financiamento e Pacto Federativo; Eixo 4: Proteção Social; Eixo 5: Métodos e técnicas (instrumentalidade); Eixo 6: Participação e controle social; Eixo 7: Gestão do trabalho dos(as) assistentes sociais; Eixo 8: Usuários da Política de Assistência Social.

RESULTADOS

Com relação aos resultados parciais, para uma melhor compreensão acerca das metodologias e tendências caracterizadas na Política de Assistência Social, sob a ótica dessas/es assistentes sociais, é possível avaliar que existe um perfil similar entre os profissionais, em geral, norteados pelo Código de Ética profissional, dentro dos parâmetros impostos pelas gestões do espaço de atuação profissional. Todavia, é possível observar que há resquícios do conservadorismo; conforme surgem as demandas, os profissionais são levados a reproduzir uma lógica gerencialista dentro da área de atuação, tornando-a imediatista, tecnocrática, burocrática e com poucos espaços para reflexão da prática.

Em suma, as/os entrevistadas/os compreendem que a profissão em seu processo de constituição se configurava como estratégia de controle social necessária para ampliação e consolidação do sistema capitalista. Posteriormente, a ruptura com o modelo tradicional possibilitou a reconfiguração da profissão e construção de um Projeto Ético-Político que apresenta novas formas de se contrapor ao capitalismo.

No que diz respeito às concepções metodológicas do trabalho profissional das/os assistentes sociais, como formas de enfrentamento aos paradigmas do modo de produção capitalista, as/os entrevistados compreendem que a profissão se posiciona contra os ditames do capital e à sua naturalização da coisificação das relações sociais e a exploração do homem pelo homem, a partir do tensionamento entre capital e trabalho, se colocando, com base num projeto profissional, contra hegemonia da sociabilidade burguesa. Contudo, salienta-se que a categoria profissional das/os assistentes sociais, por ser constituída por sujeitos que possuem condições objetivas e subjetivas heterogêneas no entorno das relações sociais dentro do sistema capitalista, podendo assumir posturas e direcionamentos profissionais divergentes, de acordo com cada opção ético-política. Sendo assim, é necessário enfatizar o preparo teórico-metodológico e ético-político pautado nas diretrizes da profissão, no fortalecimento do Projeto Ético-Político, considerando as implicações da defesa de direitos na perspectiva da emancipação nos espaços de intervenção profissional.

De acordo com as/os profissionais entrevistados foi possível perceber que possuem alinhamento com o Projeto Ético-Político da profissão, tendo como documento norteador o Código de Ética do Assistente Social, basilar do fazer profissional. O documento traz elementos e princípios fundamentais, como o reconhecimento e respeito à diversidade, a defesa intransigente dos direitos humanos e da democracia e da socialização dos bens produzidos, a busca pela universalidade de acesso aos direitos das classes trabalhadoras, bem como, a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, com um compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual (BRASIL, 2012). Contudo, a depender das demandas, exigências e dos trâmites que são postos no cotidiano profissional, as/os assistentes sociais encontram dificuldades em orientar o seu fazer profissional estritamente pelas diretrizes do ideário profissional. Sendo assim, é possível que ocorra ações imediatistas, orientados por uma lógica/rotina/modelo gerencialista, que não permite muitos espaços para a reflexão da prática profissional e do processo de trabalho.

As/os entrevistados expressaram um profundo incômodo acerca da como a Política de Assistência Social é considerada pelas esferas federal, estadual e municipal, indagando a relevância e a prioridade que se tem a respeito da sua efetivação, frisando a importância de Política de Assistência Social enquanto política de direito e dever estatal. Foram feitas críticas também a respeito de como os documentos norteadores da profissão, apesar de possuírem um vasto arcabouço crítico e teórico, não são respeitados em sua integralidade

na prática, especialmente por possuir impasses externos objetivos. Por exemplo, a escassez de concursos públicos, a flexibilização de contratos de trabalho, etc. Problemáticas estas que não são estritas a profissão de Serviço Social, mas um fator macrossocial que afeta diversas profissões, apesar do histórico de sucateamento da área e de como tem sido trabalhada a perspectiva de política de assistência enquanto direito, em especial na conjuntura de crise política, econômica e social vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a intenção de continuidade da pesquisa, tendo em vista a sua complexidade e emergência diante do cenário político e social do país, propôs-se nesse artigo sumarizar e refletir sobre os dados já coletados, como o surgimento do Serviço Social no país e sua trajetória socio-histórica, compreender o processo de renovação crítica da profissão, abordar como o conservadorismo se insere na esfera política e social e como rebate no campo das políticas sociais atualmente.

Nesse sentido, com a finalidade de contribuir para o debate a partir de uma perspectiva crítica, é relevante realizar uma reflexão acerca da importância do alinhamento do fazer profissional do Serviço Social pautado nas diretrizes do Projeto Ético-Político e do ideário da profissão, para que as/os profissionais possam lutar pela defesa dos direitos sociais e pela problematização das diversas expressões da questão social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acessado em 22 mai. 2019.

BURKE, Edmund. Reflexões sobre a Revolução em França. Brasília: Editora da UNB, 1982.

FORTI, V; GUERRA, Y. (org.). Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2013.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2012.

NETTO, J. P. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf>; Acesso em: 26 nov. 2018.

NISBET, Robert. O Conservadorismo. Trad. M. F. Gonçalves de Azevedo Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

SOUZA, Fátima Valéria Ferreira de. A política de assistência social: começando o debate. In: Ilma Rezende; Ludmila Fontenele Cavalcante. (Org.). Serviço Social e Políticas Sociais. 3ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, v.1, p.83-99.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aposentadoria 51, 53, 77, 148, 166, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Assistente social 34, 35, 36, 57, 59, 65, 83, 90, 91, 92, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 115, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 128, 130, 132, 133, 137, 142, 144, 156, 158, 164, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 201, 211, 212, 213, 220, 249, 254, 256, 275, 276

Ato infracional 113, 114, 115, 188, 189, 191

B

Benefício de prestação continuada (BPC) 63, 84, 141

C

Cadastro único 84, 87, 138, 140, 154, 172

Capitalismo monopolista 16, 26, 28, 106, 109

Centro de referência especializado da assistência social (CREAS) 108

Código de ética profissional 142

Conselhos de assistência social 38, 39, 41, 43, 47

Coronavírus 133, 134, 138, 139, 145, 148, 152, 154

Covid-19 122, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 250

D

Desigualdade social 56, 77, 94, 100, 136, 141, 163, 166, 217, 242

Direitos humanos 2, 13, 35, 61, 64, 66, 79, 82, 89, 119, 157, 167, 174, 187, 190, 194, 195, 196, 201, 228, 234, 256

Direitos sociais 3, 13, 30, 31, 33, 36, 40, 50, 54, 55, 61, 72, 73, 77, 80, 81, 82, 85, 87, 88, 94, 106, 109, 120, 121, 123, 124, 130, 131, 137, 147, 150, 165, 211, 223, 231, 238, 241, 254, 277

E

Envelhecimento 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 247, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 272, 273, 276

Espaço sócio ocupacional 115

Estágio curricular obrigatório 253

F

Feminicídio 193, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 211, 213, 214, 216, 223, 226

G

Grupos de convivência 122, 123, 125, 127

I

Idoso 45, 63, 68, 71, 76, 80, 82, 83, 84, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 141, 172, 247, 255, 257, 270, 274, 275

Índice de desenvolvimento humano (IDH) 84, 100

Invisibilidade 150, 233, 235, 243

J

Judicialização 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78

L

Lei Maria da Penha 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 204, 205, 213, 215, 216, 218, 219, 221, 223, 225, 226, 228, 232, 238, 239

Lei orgânica da assistência social (LOAS) 42, 52, 63, 80, 84, 124, 175

M

Marx 3, 8, 15, 17, 18, 19, 20, 26, 34, 37, 49, 58, 77, 78, 109, 120, 183, 232

Marxismo 6, 31

Medidas protetivas 113, 148, 150, 219, 226, 228, 238, 239

Mínimos sociais 95, 114, 150, 152, 167, 168, 169, 170, 174, 175

Movimento de reconceituação 29, 110, 183

P

Política de assistência social 27, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 54, 55, 62, 63, 65, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 104, 114, 116, 124, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 151, 211, 230

Política nacional de assistência social (PNAS) 41, 68, 81, 150

Políticas públicas 2, 3, 5, 11, 12, 30, 60, 63, 64, 65, 68, 73, 77, 78, 80, 81, 91, 94, 98, 100, 104, 105, 114, 123, 125, 127, 130, 134, 142, 150, 152, 153, 156, 158, 162, 163, 178, 193, 196, 198, 201, 203, 205, 209, 211, 214, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 235, 241, 243, 244, 247, 252, 255, 256

Políticas sociais 1, 12, 27, 30, 36, 37, 39, 40, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 70, 71, 75, 77, 85, 91, 92, 93, 96, 100, 104, 105, 106, 108, 111, 120, 145, 154, 158, 163, 166, 212, 213, 234

População em situação de rua 102, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Programa bolsa família 48, 54, 55, 58, 138, 140, 154

Projeto de extensão 233, 234, 235, 237, 238, 242, 277

Proteção social básica 63, 79, 81, 82, 101, 102, 114, 122, 125, 127, 129, 131, 133, 134, 137, 138, 154, 172, 173, 230

Q

Questão social 8, 28, 29, 30, 36, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 71, 77, 78, 80, 89, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 120, 121, 126, 137, 138, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 171, 182, 184, 187, 200, 212, 220

R

Racismo 2, 215, 216, 217

Redemocratização 46, 166, 235

Reestruturação produtiva 16, 17, 21, 22, 25, 53

S

Saúde do trabalhador 3, 14, 95, 245, 246, 249, 251

Saúde mental 12, 128, 139, 154, 164, 166, 171, 277

Seguridade social 3, 30, 40, 43, 52, 59, 62, 63, 70, 71, 76, 80, 81, 87, 95, 104, 124, 134, 135, 137, 138, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 167, 170, 171, 229, 247

Serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) 81, 138

Serviço social 1, 16, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 47, 48, 49, 57, 58, 59, 69, 89, 92, 93, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 120, 121, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 143, 156, 157, 163, 164, 165, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 201, 203, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 245, 248, 249, 250, 251, 253, 256, 274, 275, 276, 277

Sistema único de assistência social - SUAS 124

Sofrimento do trabalhador 4

T

Totalitarismo 3

V

Vínculos familiares 81, 125, 127, 150, 158, 159, 162, 163

Violência 4, 8, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 83, 100, 112, 113, 114, 126, 157, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244


Violência contra a mulher 193, 195, 197, 198, 199, 209, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 223, 224, 226, 227, 231, 235

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora


Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021